

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
03 de setembro de 2020 - Nº 711 - www.sindipetrocaxias.org.br



3/10

ATO VIRTUAL *pela* SOBERANIA NACIONAL

No sábado, 03/10, dia em que a Petrobrás completa 67 anos de existência, a FUP e seus sindicatos intensificam a luta contra as privatizações e em defesa do setor público e da soberania nacional. Os petroleiros realizam uma grande mobilização conjunta com as demais entidades que integram a Plataforma Operária e Camponesa da Água e da Energia, as centrais sindicais e as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, com atos virtuais ao longo de todo o dia.

As mobilizações têm como objetivo dialogar com a população sobre a importância da luta em defesa das empresas públicas de todos os setores – petróleo, bancos, transporte e portos públicos, correios, eletricidade e saneamento, que estão sob a ameaça de extinção ou de privatização total ou parcial, o que pode afetar a vida de milhares de brasileiros e brasileiras.

Às 15 horas, terá início o ato virtual “Pela soberania nacional, em defesa do povo brasileiro”, com participação de mais de 50 entidades, além lideranças políticas e sociais, como os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, o teólogo Leonardo Boff, o ex-ministro das Relações Exteriores e da Defesa, Celso Amorim, o presidente da CNBB, Dom Walmor Oliveira de Azevedo, entre outras. O ato será realizado nas redes

sociais, com transmissão ao vivo nos canais da Rede TVT - @redetvt, com retransmissão nas redes da FUP e do Sindipetro Caxias.

O ato do dia 3 é fundamental para evitar que o país retroceda e não consiga se desenvolver de forma justa para todos e todas, complementa o Coordenador-Geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar, “Sem o controle do Estado nestas empresas não há soberania nacional e ainda entregamos nas mãos do capital internacional áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, prejudicando todo o povo brasileiro, principalmente os mais pobres. Não podemos compactuar com este governo e ainda temos apoio de 67% dos brasileiros, que são contrários a privatização das estatais”, explica.

O Coordenador Nacional do Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB), Gilberto Cervinski, disse que os atos serão explicativos para que toda população entenda que defender a soberania é defender a industrialização e empregos, educação e saúde para todos, a Amazônia e tarifas justas nas contas de água, luz e alimentação. Além disso, mostrar porque o movimento é contra as privatizações.

“A Petrobras, Eletrobrás, Correios, Banco do Brasil, BNDS, Casa da Moeda, Portos, o SUS, as universidades e outras

empresas públicas e estatais estão em liquidação e serão transferidas para outra nação se não fizermos nada. Não podemos permitir este saque às riquezas do nosso povo. Só com empresas públicas fortes é que um país se desenvolve”.

“Privatizá-las significa aumento nas contas de água e luz, preços elevados na alimentação, a destruição da nossa natureza, escolas e universidades com mensalidades pagas. Além disso, excluir milhares de pessoas de ter uma vida mais digna e justa. Sem soberania, as consequências são graves para a população”, afirmou Giba. A data também será importante para explicar para os brasileiros e as brasileiras que, no governo Bolsonaro, a manipulação das informações e mentiras para confundir as pessoas ficou ainda mais grave e precisa ser combatida, diz o presidente da CUT, Sérgio Nobre.

“Ao longo de décadas, eles plantaram mentiras sobre os serviços públicos, os servidores e sobre as estatais, dizendo que nossas empresas eram ultrapassadas, que não tinham competitividade e que o retorno para a sociedade era pequeno. Mas precisamos e vamos reverter esse processo de mentiras, resgatar a verdade sobre a importância dos serviços e servidores públicos”, concluiu Sérgio.

STF AFRONTA POPULAÇÃO AO PERMITIR PRIVATIZAÇÃO

Ao rejeitar nesta quinta-feira, 01/10, o pedido de liminar das Mesas Diretoras do Senado e da Câmara dos Deputados para que suspendesse as vendas das refinarias da Petrobrás, o Supremo Tribunal Federal (STF) mais uma vez coloca os interesses do mercado acima dos interesses nacionais. Além disso, a decisão afronta o próprio Congresso Nacional, acentuando o caos institucional que toma conta do país desde o golpe de 2016.

Por seis votos a quatro, o Plenário do STF negou a medida cautelar ingressada pelas lideranças parlamentares através da Reclamação 42576, em que questionam o desvio de finalidade cometido pela gestão da Petrobrás ao transformar refinarias em subsidiárias para privatizá-las, sem autorização legislativa. Os ministros atropelaram as prerrogativas do Congresso, enfraquecendo ainda mais o debate público em torno de uma questão tão estratégica para a soberania nacional.

A decisão, apesar de ser em caráter liminar, já que o mérito da Reclamação ainda será julgado pelo STF, permite que o governo esquarteje não só a Petrobrás como outras estatais, criando subsidiárias para vender o patrimônio público,



à revelia do Poder Legislativo. “A resistência contra o desmonte do Estado está, como sempre, nas mãos da classe trabalhadora e da sociedade civil organizada. A greve dos petroleiros em fevereiro foi decisiva ao denunciar o desmonte do Sistema Petrobras, pautando a sociedade e o próprio Congresso Nacional”, afirma o coordenador geral da FUP, Deyvid Bacelar.

“Mais do que antes, precisamos fortalecer as mobilizações nas ruas e nas redes sociais, como fizemos nessas últimas semanas”, afirma, convocando os petroleiros e toda classe trabalhadora a permanecer mobilizados, participando das campanhas Petrobras Fica e das

atividades contra as privatizações, como o ato deste sábado, 03, no aniversário de 67 anos da estatal.

Os petroleiros irão realizar uma grande mobilização nas redes ao longo de todo o dia em conjunto com diversas entidades sindicais e dos movimentos sociais. O objetivo é dialogar com a população sobre a importância da luta em defesa das empresas públicas de todos os setores – petróleo, bancos, transporte e porto públicos, correios, eletricidade e saneamento, que estão sob a ameaça de extinção ou de privatização total ou parcial, o que pode afetar a vida de milhares de brasileiros e brasileiras.

Trabalhador tem direito a folga

Chegou ao Sindipetro Caxias a denúncia de que os trabalhadores do SMS/SI estão sofrendo assédio para abdicar do direito de gozar as folgas às quais fazem jus.

Inclusive no começo da pandemia o jurídico do Sindipetro

Caxias ingressou com ação judicial requerendo a proibição de chamar os trabalhadores nas folgas, sendo primordial que os trabalhadores entreguem documentos para que possamos juntar no processo. O petroleiro associado pode entrar em contato via Whatsapp pelo

número **(21) 99439-2680**.

É importante frisar que o problema de efetivo é um problema de gestão que os trabalhadores não devem tomar para si. Os gestores assediadores poderão ser processados. Estamos de olho!

Entenda o que ocorreu no STF



Ação contra a venda das refinarias que mobilizou o STF é decorrente de denúncia feita pela FUP na segunda semana da greve que mobilizou o país por 20 dias, em fevereiro deste ano. Em reunião com os presidentes da Câmara

dos Deputados, Rodrigo Maia, e do Senado, David Alcolumbre, os petroleiros denunciaram a manobra jurídica da gestão da Petrobrás para vender ativos sem autorização legislativa e sem licitação, burlando a Constituição e a decisão do próprio STF, que em junho do ano passado determinou que o governo não pode privatizar estatal matriz sem autorização legislativa.

“A greve que fizemos em fevereiro chamou a atenção dos parlamentares para esse absurdo processo que a gestão da Petrobrás está fazendo com as refinarias. A partir dos nossos argumentos, as mesas do Congresso,

do Senado e da Câmara entenderam que o que está acontecendo é uma burla ao que é estabelecido pela Constituição, de que é preciso aval legislativo para qualquer venda relacionada à empresa matriz.

O que o STF fez hoje foi desautorizar o Congresso, desequilibrando os poderes. Por isso acreditamos que haverá reação legislativa. Todo esse processo é questionável legalmente, desde o acordo entre a Petrobrás e o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) até a criação de subsidiárias para vender as refinarias”, alerta Deyvid Bacelar.

Faça seu **cadastro permanente** para assembleias virtuais!

DIA NACIONAL DE LUTA
CONTRA EXPOSIÇÃO AO
BENZENO

05 de
Outubro

SINDIPETRO
CAXIAS

Fortaleça a nossa luta.
Filie-se ao
Sindipetro Caxias!

**Não fique só,
fique sócio!**

OPERADOR MIOJO

Miojo a gente coloca 5 minutinhos na água fervendo e tá pronto. Mas quando se trata da formação de operadores, a coisa não é bem assim: para que se tenha um operador bem treinado são necessários anos de dedicação à profissão. Não basta trazer operador de outra unidade, não basta migrar trabalhador de uma outra profissão - a formação de um operador demanda tempo, e não é o tempo de um miojo.

Vimos ao longo desses anos sucessivos PIDVs sem a necessária passagem de conhecimento dos técnicos mais antigos para os mais novos. Assistimos agora inúmeros companheiros e companheiras se aposentando sem ter para quem passar seu

conhecimento adiante (ou sem tempo hábil para isso). E não foi por falta de aviso de nossa parte - sem contar que essa situação é bastante fácil de prever, pra quem conhece as necessidades da função da operação de plantas industriais.

A situação de efetivo na REDUC é um problema que vem se agravando ano após ano e culminou na quantidade absurda de horas extras a que os técnicos de operação foram submetidos nos últimos tempos, em jornadas extenuantes. A solução que a gerência encontrou para o efetivo, além da mobilização de pessoal após o fechamento de unidades foi a migração de função, aumentando ainda mais a terceirização dentro do Sistema Petrobrás.

Parece que a falta de efetivo

é um projeto gerencial que tem como objetivo principal a promoção da terceirização na empresa.

E a terceirização, além de favorecer a existência de trabalhos mais precarizados, retira do povo brasileiro a possibilidade de ser aprovado

num concurso público para essa que é (ainda) a maior empresa do país. Defendemos concurso público para preenchimento de vagas na REDUC. A Petrobrás é do povo, e não de meia dúzia de empresários com lobby nacional!



— REUNIÃO DOS — **APOSENTADOS E PENSIONISTAS**

A reunião acontecerá no aplicativo **Zoom**.

Para maiores informações, entre em contato pelo Whatsapp: 21 **98318-1809**

DIA 06 DE OUTUBRO ÀS 10 HORAS

Sabotagem Industrial na REDUC

Fechamento do parque de Lubrificantes

Erra quem acha que a Refinaria Duque de Caxias não está na lista de privatização da atual gestão da Petrobrás.

Mesmo não estando na lista das refinarias à venda, a REDUC sofre com a redução de investimentos e isso pode levar a efeitos semelhantes à privatização (redução da produção, riscos de acidentes, paradas de produção e preços maiores para a população).

A REDUC é a grande produtora de lubrificantes no país, tendo sido responsável por 83% da produção nacional em 2019 e, até agosto de 2020, acumula 87% nesse mesmo parâmetro. O aumento percentual pode fazer parecer que houve incremento na produção, mas ocorre justamente o contrário:

A produção de lubrificantes no Brasil chegou a 3,6 milhões de barris equivalentes de petróleo em 2019. Até agosto de 2020 a produção nacional está em 1,8 milhões de barris. Percebe-se uma queda no volume de produção de lubrificantes, quando comparamos com anos anteriores. Somente a título de comparação, em 2000, a produção

de lubrificantes estava em 5,9 milhões de barris.

O governo Bolsonaro e a gestão Castello Branco vêm reduzindo a produção, aumentando a importação e reduzindo exportação de lubrificantes. Este movimento está alinhado com a política de “focar apenas no pré sal” e, além de ter aumentado o déficit da balança comercial deste produto no país - uma vez que nossas despesas com a importação são bem maiores que as receitas com exportação - reduz a fatia de participação num mercado onde a Petrobrás é líder com esse produto que é um dos de maior valor agregado do setor de abastecimento.

Isso quer dizer que estamos deixando de produzir produtos de alto valor agregado para produzir e exportar commodities, revivendo o colonialismo.

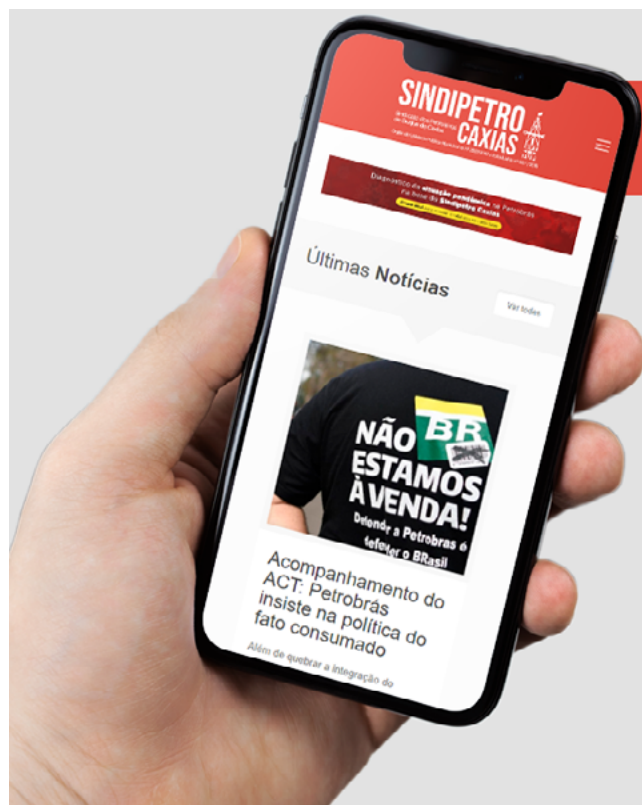
O processo de privatização do setor de refino no Brasil não acontece apenas com a venda das 8 refinarias da Petrobrás (que correspondem à metade da capacidade de refino do país): acontece também quando a empresa reduz investimentos, produção e abre mercado para importadores ou concorrentes.

Neste momento, qualquer movimento de parada de produção de lubrificantes na REDUC, trás uma série de prejuízos para o país, para a Petrobrás e para a população.

Sendo assim, o Sindipetro Caxias denunciou à Central Única dos Trabalhadores e à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro o fechamento de unidades operacionais da REDUC (Refinaria de Duque de Caxias).

A planta 1 dos lubrificantes. Este conjunto industrial da refinaria faz parte da produção de mais de 80% do lubrificantes e parafinas da empresa PETROBRÁS e se concretizar seu fechamento, previsto para dezembro próximo, causará prejuízos aos cofres públicos pela diminuição de centenas de milhões de reais por ano em impostos devidos, desmonte da cadeia produtiva na cidade de Duque de Caxias e no estado do Rio de Janeiro com milhares de postos de trabalhos fechados.

Privatizar é ruim para o Brasil e para os brasileiros. Por isso convocamos todos e todas para intensificar a campanha #PetrobrásFica.



Sindicato na palma da sua mão

O momento exige que os trabalhadores que podem, permaneçam em suas casa. Seguros do vírus letal, que é o COVID-19. O Brasil está no pico da pandemia de acordo com as estatísticas divulgadas pelo Ministério da Saúde.

É por este motivo que a direção do Sindipetro Caxias decidiu por manter a sede sindicato fechada. Mas nossa estrutura continua funcionando remotamente, atendendo todos os filiados da ativa, aposentados e pensionistas.

Você pode entrar em **contato** conosco via **Whatsapp**:

Secretaria (*Isabel*): (21) **99439-9198**

Jurídico (*Léa*): (21) **99439-2680**

Aposentados e pensionistas (*Ana*): (21) **98318-1809**

Imprensa (*Mariana*): (21) **99663-9953**

Você também pode entrar em **contato direto com um diretor**. Os números encontram-se em sindipetrocaxias.org.br/diretoria

Sem aventura, sem bravata - SINDIPETRO CAXIAS e FUP encaminham no momento correto a assinatura do ACT

A assinatura do ACT pela FUP e seus sindicatos foi essencial para dar tranquilidade aos petroleiros e preparar a resistência para as lutas que se avizinham. Com o ACT assinado, temos tempo de fazer a luta contra privatização e em defesa dos nossos empregos tentando articular inclusive com outras categorias sob ataque, em especial as das empresas públicas.

Pela via negocial, a FUP e seus sindicatos garantiram a não transição para a CLT

A Petrobrás já informou o calendário de transição para as bases que rejeitaram a última proposta de acordo coletivo de trabalho e vários trabalhadores e trabalhadoras já vêm sofrendo ao longo desse mês de setembro com redução de direitos.

Segundo a Petrobrás foram ou serão suprimidas ou alteradas em desfavor dos trabalhadores as seguintes cláusulas, mês a mês, segundo o seguinte esquema:

Mudanças a partir de 15 de setembro:

- Benefício Educacional: permitir novas inscrições apenas para creche e pré-escola. Serão mantidos os pagamentos das atuais inscrições nos demais benefícios (ensino fundamental e ensino médio) apenas até dezembro de 2020, em respeito ao ano letivo. Não serão aceitas novas inscrições para estas modalidades;
- Anuênio: congelamento da tabela;
- Adicional de Permanência no Estado do Amazonas: descontinuidade;
- Gratificação de Campo Terrestre: descontinuidade;
- Feriado Turno: descontinuidade;
- Liberações Sindicais: conforme artigo 543 da CLT, com ônus total para o sindicato.

Mudanças para outubro:

- Fim do Capítulo IV – Segurança no Emprego: cláusulas 40 (Dispensa sem Justa Causa), 41 (Excedente de Pessoal), 42 (Garantias de Emprego), 43 (Implantação de Novas Tecnologias) e 44 (Realocação de Pessoal);
- Fim do Programa Jovem Universitário (cláusula 24);
- Fim do Complemento Auxílio-Doença (cláusula 17);
- Fim do Benefício Afastamento para Aposentados (cláusula 27);
- Fim das Faltas Acordadas (cláusula 48).

Mudanças para novembro:

- Fim do Vale Refeição/Alimentação (cláusula 15): o crédito referente ao mês de novembro que seria feito no dia 25/10 não será mais realizado;
- Nova Relação de Custeio da AMS (cláusula 30): a ser definida e comunicada pela empresa em breve.

Como afirmamos, apostar na via judicial não era o melhor caminho

A prorrogação do ACT foi provocada tanto junto à alta gestão da Petrobrás quanto junto ao TST e nos foi negada diversas vezes.

Forçar o dissídio via movimento paredista não seria a melhor estratégia tendo em vista a atual conjuntura do país - vide os correios, que perderam 50 cláusulas e no último ACT, quando ganharam, o Supremo Tribunal Federal, que mediava a negociação, reduziu a vigência do acordo e a relação do plano de saúde.

Enfraquecimento da representação sindical com o AIT

Até hoje, mais de 7 mil trabalhadores de bases representadas por outra “federação”, que ficaram sem acordo coletivo, estão aderindo ao AIT (acordo individual de trabalho), contrariando individualmente o indicativo dos próprios sindicatos e o resultado das assembleias em suas bases.

Companheiros e companheiras, o momento não está fácil para a classe trabalhadora. É hora de brigarmos pela defesa da maior empresa estatal do Brasil e por nossos empregos. Acordo assinado, agora é intensificar a campanha contra a privatização. #PetrobrásFica